

A mídia local e o retrato dos riscos ambientais no Amazonas¹

Caroline BARBOSA²

Israel ROCHA³

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM

RESUMO

As cidades estimulam atividades de grande impacto ambiental que geram mudanças nos padrões climáticos mudando o cotidiano de inúmeras populações. No processo de publicização dos problemas do meio ambiente, a mídia desempenha um papel importante ao tentar enquadrar as decisões governamentais e as novas descobertas científicas sobre os riscos relacionados às mudanças climáticas, ao informar a população o que está acontecendo e construir uma opinião pública sobre as pautas ambientais. Neste artigo pretende-se analisar o posicionamento da mídia local em relação aos riscos ambientais relativos às mudanças climáticas e como um enquadramento sobre elas é apresentado a fim de atingir um leitor difuso. Neste sentido, apresentaremos resultados parciais das matérias coletadas em portais de notícias e analisadas a partir da análise de conteúdo, buscando indicadores que levem a uma compreensão do papel da mídia no agendamento das questões climáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Mudanças climáticas. Mídia regional. Amazonas. Riscos climáticos.

INTRODUÇÃO

Neste artigo serão apresentados, em linhas gerais, os resultados parciais obtidos no âmbito da pesquisa *A cobertura dos riscos ambientais e tecnológicos na região amazônica: uma análise a partir da mídia regional*⁴ em andamento na Universidade Federal do Amazonas. A partir de uma pesquisa bibliográfica parcial, inicialmente será desenvolvido o conceito de sociedade de risco e, em seguida, uma discussão sobre

¹ Trabalho apresentado na IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 24 a 26 de junho de 2019.

² Estudante de graduação 5º. semestre do curso de Comunicação Social- Relações Públicas da UFAM, e-mail: caroldejesusb@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social- Relações Públicas da UFAM, e-mail: israelrocha@ufam.edu.br

⁴ Projeto de iniciação científica desenvolvido com bolsa da Universidade Federal do Amazonas, código: PIB-SA/0220/2019 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Pesquisa desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (LABICOM/UFAM), e do grupo de pesquisa Comunicação Social: estudos interdisciplinares e vinculada ao projeto: Comunicando riscos na Amazônia: ecossistemas comunicacionais e governança de riscos tecnológicos ambientais na região Amazônica.

mudanças climáticas e como o posicionamento da mídia influencia a percepção da sociedade sobre as questões ambientais.

Além disso, será desenvolvido o argumento teórico sobre a cobertura da imprensa local para os casos de riscos decorrentes das mudanças climáticas na Região Amazônica, dando ênfase a cheia dos rios no estado do Amazonas, e com dados parciais da pesquisa serão apresentados elementos empíricos relativos à cobertura sobre os riscos que envolvem o clima na região.

A cobertura da imprensa sobre a cheia é um evento amplamente tratado nos meios de mídia locais, devido a sua periodicidade e influência no cotidiano da população amazonense. A pauta é levantada anualmente por diversos jornais e portais *online*, muitas vezes utilizando o discurso especializado como aporte. O presente estudo busca compreender o papel a mídia e a sua influência na relação entre o saber científico e a população, que de forma ideal, seria traduzir o saber técnico e promover um ambiente esclarecedor para as pessoas comuns.

O RISCO

A modernidade a cada dia modifica a vida cotidiana dos indivíduos. Devido a produção acelerada de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico aplicados, a ciência é vista, de uma forma mais ampla, a partir de um valor verdade. Porém, suas atividades geram riscos e eles estão imbricados no cotidiano de todos.

Segundo Beck (2010), a sociedade industrial, na qual as disputas se davam pela distribuição da riqueza, tem dado lugar a uma sociedade de riscos, que tem como fundamento a produção e a distribuição dos riscos. Para Beck (2010) os riscos tomaram proporções globais e mesmo quem tem maior poder econômico é afetado, assim diminuindo o peso explicativo do paradigma das classes sociais para a explicação da relação entre países ricos e pobres.

Atualmente, as atitudes precisam ser medidas através do risco, por exemplo, os agrotóxicos levantam uma questão chave, já que é necessário evitar que hajam pragas na safra, mas, ao mesmo tempo, não é seguro que as pessoas consumam alimentos que tiveram contato com esses produtos?

Os cientistas decidem sobre a “taxa aceitável” de ameaças ao indivíduo contidas nos produtos, porém isto é tão naturalizado que muitas vezes passa despercebido, como por exemplo os remédios, que carregam consigo os efeitos colaterais.

A habilidade de um indivíduo configurar o que é um risco para ele parte de uma construção social e psicológica, a qual tem como fundamento as suas experiências políticas, sociais, morais e culturais. Além disto, também depende da participação das ciências, dos meios de comunicação e das políticas governamentais.

Nesse sentido, a decisão de uma família em situação de vulnerabilidade em continuar no lugar onde reside envolve, entre as diversas variáveis, o fator de manutenção da congregação familiar, crenças e experiências passadas. Ainda, é possível observar na resistência que os indivíduos têm em saírem de suas casas, ao serem comunicados dos riscos, uma ausência de segurança e confiabilidade nos órgãos de emergência e uma ausência de cidadania – em outras palavras, a possibilidade de crer no outro como representante de instituições com deveres perante o afetado, capaz de lhe transmitir consideração, passível de reduzir suas perdas e de protegê-lo. (DI GIULIO; VASCONCELLOS, 2014, p.54)

A vida urbana é uma das principais consequências da modernidade, além de ser uma potencializadora dos riscos cotidianos. O crescimento das cidades se deu a partir das promessas de melhores condições de vida, oportunidades profissionais e crescimento econômico. Segundo Di Giulio e Vasconcellos (2014), a densidade populacional das grandes cidades cresceu a ponto de gerar problemas urbanos e ambientais, abrindo espaço para as disputas políticas recentes. Além disso, acentuou problemas como desigualdade social, logística urbana e impactos ambientais. Este modo de vida é um dos principais catalisadores dos riscos climáticos em decorrência das atividades que estimula, como por exemplo, as grandes fábricas que emitem gases na atmosfera.

Neste sentido, se faz necessário um novo tipo de governança em que haja interação entre diversos atores sociais, com abertura do poder decisório e espaço para a negociação entre todos os agentes envolvidos, por meio de participação direta. Desta forma, poderão ser definidos novos meios de superar as crises modernas, como por exemplo, o aquecimento global. Nas últimas décadas, os problemas decorrentes do aquecimento global têm sido enfrentados abertamente pelos governos internacionais e medidas foram tomadas no sentido de diminuir a emissão de gases na atmosfera. Entretanto, a pauta precisa ser aberta para a participação de todos e o cidadão comum não pode ser distanciado do debate. Dessa forma, é necessário que ele seja representado e que entenda

o seu posicionamento perante os riscos decorrentes das mudanças climáticas e da ação dos seres humanos no planeta terra.

O risco é distribuído mundialmente e atinge a todos, sendo assim, não pode ser visto como algo reservado aos cientistas e suas pesquisas, pois está presente no cotidiano das pessoas, que além de serem atingidas por ele, também podem gerá-lo, como por exemplo, quando alguém descarta lixo nos rios está contribuindo para que haja uma enchente.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Segundo Di Giulio (2016), a preocupação quanto às mudanças climáticas tornou-se mais presente nos governos internacionais a partir do primeiro *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), reunião que visava a desaceleração do aquecimento global por meio de um esforço mundial para reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera e instaurar medidas de mitigação e adaptação às mudanças. O quinto relatório do IPCC, como cita Di Giulio (2016), enfatiza que as medidas de adaptação, potencial de se transformar e atingir um estado melhor diante dos riscos, são processos elaborados para antecipar os impactos causados pelas mudanças climáticas, assim reduzindo a vulnerabilidade das cidades.

A vulnerabilidade às mudanças climáticas é muito evidente nas metrópoles, revelando a dimensão dos impactos ambientais nas regiões de maior concentração de pessoas. As ações que visam o desenvolvimento urbano precisam, neste sentido, estar alinhadas ao debate sobre as mudanças climáticas, pois a população é afetada por elas de forma direta.

As ações de adaptação se fazem cada vez mais urgentes e os líderes políticos de grandes cidades podem articular um tipo de governança voltada para promoção desta agenda. Assim, os processos de adaptação de uma cidade estão intimamente relacionados a forma com que as questões climáticas são entendidas pelas pessoas, como os impactos lhe afetam, e a sua capacidade de enfrentar os riscos adjacentes.

A discussão sobre mudanças climáticas no Brasil é uma pauta recente. Segundo Di Giulio (2016), o Governo Federal tomou sua primeira iniciativa sobre o assunto no ano de 2016, quando adotou o Plano Nacional de Adaptação à mudança do Clima (PNA).

O clima pode gerar riscos sociais, econômicos e ambientais e o PNA objetiva produzir estratégias para resolução desses possíveis problemas. Além disso, é um estímulo para que haja investimento em medidas de adaptação às mudanças climáticas.

No entanto, os esforços brasileiros estão voltados para a mitigação das mudanças em si, ao invés de dar foco a adaptação à médio e longo prazo, antecipando os impactos. A atitude ideal para os governos locais seria a formulação de políticas que tratem os hábitos, individuais e coletivos, que causam grande emissão de gases e outros impactos ambientais, podendo fornecer suporte institucional para o desenvolvimento da adaptação às mudanças climáticas.

Somado ao recente debate, a percepção dos riscos relacionados às mudanças climáticas é influenciada pela desconfiança do indivíduo quanto às instituições e autoridades. Caso haja incapacidade por parte do governo, pode ser gerada uma posição contrária da população às ações tomadas para gerenciar os impactos advindos das mudanças climáticas.

O estabelecimento de um relacionamento entre o governo e os grupos sociais é o primeiro passo para que seja construído um vínculo de colaboração, tendo como objetivo alcançar a adaptação às mudanças climáticas com maior facilidade e sustentáveis a longo prazo.

De forma local, as populações são afetadas diretamente e sofrem danos, como por exemplo, enchentes e deslizamentos. Entretanto, apesar da implementação de ações para contenção destes riscos ser de caráter urgente, as estratégias adaptativas ainda avançam lentamente.

Adotar medidas de adaptação é algo trabalhoso devido às limitações econômicas, sociais e políticas existentes no Brasil. Há um déficit na assistência direcionada ao cidadão, ações elaboradas para resolver os problemas decorrentes dos riscos relacionados às mudanças climáticas são deixadas em segundo plano.

Existem distintas abordagens sobre a temática das mudanças climáticas que põem a governança como uma variável chave para a adaptação de um sistema. A sua implementação tende a ser menos complicada quando está alinhada às decisões governamentais, pois o apoio político faz com que as ações tomadas para gerenciar as mudanças climáticas sejam solidificadas. Por exemplo, o trabalho de uma ONG ambientalista em prol da conscientização dos impactos climáticos das queimadas tende a

ser aceito pela população de forma mais rápida caso o governo esteja pautando politicamente o problema.

A construção desta capacidade necessita de um conjunto de fatores:

“acesso e uso da informação científica, recursos econômicos, capacidade tecnológica, capital social, entre outros, influenciam as respostas que emergem para lidar com a questão climática e na capacidade adaptativa de um sistema.” (DI GIULIO *et al.*, 2016, p. 26).

Porém, há críticas a tais condições que as consideram que nem sempre são aplicáveis a casos empíricos, pois podem ser insuficientes para gerar uma resposta quanto a mudança climática. Logo, a adaptação climática é específica, sendo diferente de caso a caso. Por isto, é difícil de ser medida e ser avaliada.

Di Giulio (2016) argumenta que outro fator importante é o acesso à informação durante o processo de adaptação. As dificuldades podem surgir de acordo com o grau de incertezas e controvérsias relacionadas às mudanças climáticas. A percepção do “leigo” tem de ser levada em consideração pelos técnicos, caso suas atitudes sejam incompreensíveis para as pessoas comuns as ações de mitigação podem ser afetadas negativamente. A capacidade de resposta do indivíduo aos riscos, dessa forma, está estritamente ligada a maneira como são percebidos e interpretados. Sendo assim, é necessário compreender como a população compreende as mudanças neste processo.

De acordo com Di Giulio e Vasconcellos (2014), no Brasil a dinâmica climática e a vulnerabilidade são assuntos poucos difundidos. Mesmo internacionalmente, os indivíduos têm dificuldade para compreender as causas e efeitos das mudanças. Além do mais, poucos concordam em mudar suas atividades cotidianas para minimizar os impactos e as alterações climáticas não têm prioridade perante outras questões. Ainda assim, quando as mudanças climáticas são notadas, muitas vezes o indivíduo não as relaciona com suas atividades cotidianas.

Os efeitos das mudanças climáticas geralmente são vistos pela população como algo distante e seu julgamento dos riscos é constituído por associações feitas a partir das informações que lhe são fornecidas. Portanto, a mídia tem o papel de mantê-la a par das decisões políticas sobre os riscos, tendo a função de diminuir as incertezas do público (DI GIULIO; VASCONCELOS, 2014).

As mudanças climáticas podem parecer um assunto complexo para os leigos, mas a mídia tem a função de intermediar os estudos científicos e o entendimento do público por meio da representação do envolvimento dos indivíduos com os fenômenos climáticos. Entretanto, no Brasil, as notícias tendem a visar os atos de mitigação com mais força do que a adaptação às mudanças climáticas, seguindo a orientação política pautada pelo governo brasileiro.

A produção de notícias interfere na construção dos sentidos sociais e os meios de comunicação têm o poder de trazer à tona temas passíveis de debate público. Quanto maior a ênfase dada ao assunto, maior será a importância dada pelo público. Di Giulio e Rodas (2017) afirmam que ela está presente na formação de opinião e de agendas públicas sobre os fenômenos climáticos e ambientais, porém ainda existe dificuldade na aproximação do público com a questão.

As discussões políticas sobre mudanças climáticas se tornaram mais presentes a partir do final da década de 1990, a partir da elaboração do protocolo de Quioto, com o objetivo de diminuir a emissão de gases que agravam o efeito estufa. Desde então, a questão ambiental se tornou cada vez mais presente por meio da realização de eventos políticos internacionais em prol da preservação do planeta.

Porém, existe uma oscilação na divulgação midiática do assunto, sobretudo quando uma pauta não é carregada de dramaticidade. O conflito desperta menos interesse nas pessoas, o que faz com que a cobertura tenda para eventos pontuais. Os meios de comunicação não veem vantagem em pautar um assunto que não rende *feedback* positivo. Dessa forma, os critérios de noticiabilidade têm influência na pauta midiática, definindo o que será veiculado e quanto foco será dado, levando em conta questões como a frequência, a amplitude, a relação cotidiana e a proximidade cultural do evento.

Para ganhar proeminência, um problema ambiental deve ser moldado em consonância com conceitos culturais existentes, deve ser articulado com as agendas política e científica, ter relação com o presente (e menos com o futuro) e ter uma agenda de ação atrelada ao nível internacional ou ao nível de uma comunidade local. (DI GIULIO; RODAS, 2017, p.106)

Giulio e Rodas (2017) ressaltam que há uma oscilação no aparecimento de notícias sobre o assunto, que retratam acontecimentos pontuais, como por exemplo, a divulgação do IPCC e a Conferência de Copenhague, eventos que geraram um alto número de

notícias no período de 2007 a 2009. Estes encontros apresentaram reuniões governamentais com alto teor de noticiabilidade, em razão de publicarem novos dados científicos, de produzir tensões entre os governos e decisões políticas importantes.

Além disso, há características do jornalismo brasileiro que demonstram um déficit em sua cobertura, segundo Di Giulio e Rodas (2017). Pautas focadas em eventos pontuais, a compra de notícias produzidas por agências internacionais e a dificuldade no estabelecimento de um debate participativo sobre as questões ambientais.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CHEIAS NO AMAZONAS

Anualmente os rios do estado do Amazonas passam por um período de cheia que impacta os municípios que os cercam, provocando enchentes que afetam a vida urbana, a agricultura e podem ocasionar doenças transmitidas pela água.

Devido a importância da pauta sobre os rios na vida dos cidadãos amazonenses, a mídia local veicula várias notícias sobre as cheias durante parte do primeiro semestre de todos os anos, mesmo que seja para alertar a população que não haverá “cheia recorde”. Estes meios de comunicação consultam órgãos governamentais especializados na questão de riscos climáticos e ambientais e fazem as informações emitidas por eles chegar até o cidadão comum, agindo como uma ponte entre o saber científico e a população.

A presente pesquisa procurou compreender o papel que a mídia local exerce no relacionamento entre os órgãos governamentais, envolvidos na questão das cheias, e a população amazonense.

A partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), foram coletadas 32 matérias em portais *online* locais. Dentre as notícias, foi feito um recorte de 10 matérias nas quais são citados como referência: o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTIC), o Centro Regional do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e a Secretária Municipal de Saúde (SEMSA).

Portais e quantidade de notícias

Portais	Portal Amazônia	Portal A Crítica	G1	Portal Em Tempo	Portal D24AM	Portal do Diário do Amazonas
quantidade de notícias	1	2	4	1	1	1

Fonte: elaborado pelos autores

Uma análise parcial indica que grande parte das matérias pautam apenas a cheia do Rio Negro, possivelmente porque ele impacta a capital do Estado. Enquanto às matérias que citam rios do interior costumam fazer um breve resumo, muitas vezes contido em matérias sobre o Rio Negro, sobre quais municípios encontram-se ameaçados.

O número de municípios em situação de emergência por conta da cheia no Amazonas subiu para 29. De acordo com a Defesa Civil do Estado, as cidades de Anori, Anamá, Manacapuru, Careiro da Várzea, Uarini, e Jutai entraram na lista de emergência. Nos seis municípios, 78.458 mil pessoas estão afetadas pela enchente. Até o momento, Boca do Acre é o único a decretar calamidade pública, enquanto Itacoatiara, Alvarães e Humaitá estão em situação de alerta (G1, 2015).

Um ponto relevante a respeito do discurso científico é a utilização dos nomes dos órgãos referência ou a expressão “aponta pesquisador” e afins no título das notícias, buscando convencer o leitor através de um nome que transmita credibilidade, recurso muito utilizado pelos portais locais. Por exemplo, “Cheia do rio Negro não deve afetar Manaus e zonas rurais, aponta pesquisador” (D24AM, 2018), “Cheia do Rio Negro deve ficar abaixo da média em 2016, diz CPRM no AM” (G1, 2016) e “Alerta: enchente do Rio Negro pode ser segunda maior em Manaus, diz CPRM” (AMAZÔNIA, 2017).

Também é perceptível que parte das notícias utiliza a cheia do Rio Negro em 2012 como referência de comparação para os anos subsequentes, além de citar a cheia de 2009. Já que a cheia de 2012 foi a maior e ocorreu a menos de 10 anos, ainda está presente no imaginário da população local, então inseri-la na pauta resulta numa carga de dramaticidade maior, o que gera mais interesse do público.

Ademais, a construção das matérias é feita sobre falas proferidas por profissionais especializados nas questões que envolvem a cheia dos rios ou dados divulgados pelos

órgãos. Entretanto, apenas uma notícia, veiculada pelo portal A Crítica, trouxe uma visão leiga sobre o tema. Na maioria das notícias são utilizadas entrevistas com os especialistas. Ao esclarecer a pauta para a população de forma simplificada, nem todas aprofundam-se nos fenômenos climáticos que ocasionam às cheias. Dois fenômenos citados de forma recorrente são o El Niño e La Niña, que influenciam o volume das chuvas na Região Amazônica.

Schongart explica que no Pacífico Equatorial, onde as anomalias de temperaturas superficiais, nos últimos meses, tiveram influências no regime de chuva e de cheias, devido às condições de La Niña naquela região. “Ou seja, um esfriamento que normalmente traz mais umidade para a Bacia Amazônica e com isso chuvas acima das condições normais e uma cheia pronunciada”, explica o pesquisador. (D24AM, 2018)

Também há notícias que falam sobre ações voltadas para o gerenciamento dos riscos gerados pela cheia dos rios, como por exemplo, enchentes e surtos de hepatite, leptospirose e dengue. Ao apresentar à população os planos do governo para lidar com tais situações, é perceptível que apesar de haver medidas de adaptação, como cursos de preparo da defesa civil, há medidas precárias de mitigação, apesar de tratar-se de uma questão climática anual. “Em Manaus, a Defesa Civil Municipal tem trabalhado em áreas de cota de inundação e já construiu mais de dois mil metros de pontes nos bairros afetados” (AMAZONAS, 2017).

Quantificando às matérias de acordo com indicadores, é possível ter uma visão geral sobre como a mídia local trata a cheia dos rios:

Indicadores localizados nas notícias

Portais	Portal Amazônia	Portal A Crítica	G1	Portal Em Tempo	Portal D24AM	Portal do Diário do Amazonas	Total
Notícias que citam interior		2	2			1	5
Nome de órgãos no título	1		4				5
Notícias que	1	2	3	1	1	1	9

utilizam entrevistas							
Notícias que relatam a visão do cidadão		1					1
Notícias que tratam sobre a causa da cheia	1	1			1		3
Notícias que falam sobre gerenciamento dos riscos		2	2	1			5
Notícias que citam a cheia de 2012 ou 2009	1	1	2		1	1	6

Fonte: elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões climáticas estão sendo cada vez mais discutidas e a mídia tem o papel de intermediar a troca de informações entre a população e o governo, ou os próprios cientistas.

A mídia é ator intermediário entre as ações governamentais e o cidadão comum, sendo assim, tem papel ativo na formação de opinião pública sobre a pauta das mudanças climáticas. Os meios de comunicação influenciam a percepção e, dependendo da forma com que a pauta é veiculada, pode afetar positivamente a visão do indivíduo, fazendo com que ele entenda o seu papel dentro do processo de gerenciamento dos impactos.

O andamento da pesquisa aponta para uma cobertura midiática voltada para eventos climáticos muito pontuais, carregados de dramaticidade, levando em consideração as particularidades locais. Além disso, a revisão parcial da bibliografia sobre questões ambientais demonstra que no Brasil a discussão sobre mudanças climáticas é muito recente e a população ainda não tem um conhecimento claro sobre seus riscos e

impactos, e por meio das notícias mantém-se informado, mesmo que minimamente, sobre o assunto.

A partir da análise parcial das matérias coletadas, é possível perceber que a mídia local utiliza recorrentemente o discurso científico como base para suas notícias. Mesmo as matérias que não utilizaram entrevistas com profissionais especializados recorreram a informações divulgadas por órgãos governamentais. A mídia local tem agido de forma ideal, pois apenas três matérias procuraram aprofundar na questão da mudança climática e porque ela ocorre, explicando-a de forma mais didática.

Ademais, apenas uma matéria traz a visão leiga e como ela está sendo afetada objetivamente pela cheia, e qual a relação com eventos climáticos mais abrangentes. Quanto ao gerenciamento de riscos promovido pelo poder público, ele é retratado de forma breve no corpo das notícias mas demonstra que existem vários programas estabelecidos pelo governo, como por exemplo, o curso teórico-prático em Ações de Prevenção e Resposta às cheias, oferecido aos coordenadores de defesa civil, e o programa S.O.S Enchente. No entanto, também é possível identificar ações de mitigação, como a construção de pontes improvisadas nas áreas alagadas, que serão retiradas durante o período da vazante.

Também deve ser ressaltado o trato dado à questão da cheia no interior, pois dentre todas as notícias estudadas, em sua maioria, o foco é a capital e o Rio Negro. O Amazonas possui 61 municípios além de Manaus, porém os riscos climáticos que eles sofrem são representados em pequenos parágrafos, os quais contêm apenas uma listagem de quais cidades estão em estado de alerta. O restante do estado entra em esquecimento.

Por fim, é visível que a mídia local está caminhando para uma melhoria na cobertura das mudanças climáticas, está trazendo saberes científicos de forma “traduzida” para a população, demonstrando que a questão climática é uma pauta relevante, pois afeta a todos.

REFERÊNCIAS

Alerta: enchente do Rio Negro pode ser segunda maior em Manaus, diz CPRM. **Portal Amazônia**, 3 de mai. de 2017. Disponível em: <<http://portalamazonia.com/noticias/alerta-enchente-do-rio-negro-pode-ser-segunda-maior-em-manaus-diz-cprm>>. Acesso em: 10 mar 2019.

Amazonas registra a maior cheia em 110 anos. **A Crítica**, 16 de mai. de 2012. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/amazonas-registra-a-maior-cheia-em-110-anos>>. Acesso em: 10 mar 2019.

Amazonas tem “alerta amarelo” para cheia dos rios em 2019. **A Crítica**, 10 de dez. de 2018. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/amazonas-tem-estado-amarelo-para-cheia-dos-rios-em-2019>>. Acesso em: 10 mar 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECK, Ulrich. **A sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

Cheia do rio Negro não deve afetar Manaus e zonas rurais, aponta pesquisador. **D24AM**, 20 de mar. de 2018. Disponível em: <<http://d24am.com/amazonas/cheia-do-rio-negro-nao-deve-afetar-manaus-e-zonas-rurais-aponta-pesquisador/>>. Acesso em: 10 mar 2019.

Cheia deste ano poderá ser 2ª maior da história de Manaus, diz CPRM. **G1**, 1 de jun. de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/06/cheia-deste-ano-podera-ser-2-maior-da-historia-de-manaus-diz-cprm.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Cheia do Rio Negro deve ficar abaixo da média em 2016, diz CPRM no AM. **G1**, 31 de mai. de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2016/05/cheia-do-rio-negro-deve-ficar-abaixo-da-media-em-2016-diz-cprm-no-am.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Começam trabalhos de prevenção contra cheia em Manaus. **Em Tempo**, 20 de abr. de 2018. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/amazonas/101129/comecam-trabalhos-de-prevencao-contracheia-em-manaus>>. Acesso em: 10 mar 2019.

GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer; GIULIO, Gabriela Marques Di. **O papel das tecnologias de comunicação e informação (TIC) no urbano do século XXI e na emergência dos novos movimentos sociais: reflexões a partir de experiências na Megacidade de São Paulo**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 1, p. 161, 30 Nov 2017.

GIULIO, Gabriela Marques Di; MARTINS, Ana Maria Bedran; RIBEIRO, Wagner Costa; VASCONCELLOS, Maria da Penha. **Mudanças climáticas, riscos e adaptação na megacidade de São Paulo**, Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, v. 8, n. 2, p. 75–87, 1 Set 2017b.

GIULIO, Gabriela Marques Di; MARTINS, Ana Maria Bedran; LEMOS, Maria Carmen. **Adaptação climática:** Fronteiras do conhecimento para pensar o contexto brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 88, p. 25–41, Dez 2016.

Média da cheia deve ser de 29,21m. **Diário do Amazonas**, 1 de jun. de 2017. Disponível em: <<http://diariodoamazonas.com.br/cidades/media-da-cheia-deve-ser-de-2921m/>>. Acesso em: 10 mar 2019.

Nível do Rio Negro em Manaus atinge cota de emergência, diz CPRM. **G1**, 22 de mai. de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/05/nivel-do-rio-negro-em-manaus-atinge-cota-de-emergencia-diz-cprm.html>>. Acesso em: 10 mar 2019.

RODAS, Caroline de Araújo; GIULIO, Gabriela Marques Di. **Mídia brasileira e mudanças climáticas:** uma análise sobre tendências da cobertura jornalística, abordagens e critérios de noticiabilidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 40, n. 0, 30 Abr 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/49002>>. Acesso em: 15 set 2018.

Serviço Geológico descarta cheia recorde em 2013, no Amazonas. **G1**, 1 de abr. de 2013. Disponível em:<<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/04/servico-geologico-descarta-cheia-recorde-em-2013-no-amazonas.html>>. Acesso em: 10 mar 2019.